

Deliberação nº 26/82 – 2ª Câmara

Aprovada em 22.06.82 – Processo nº 271/81

Interessado: SABEM – Associação de Autores Brasileiros e Escritores de Músicas

Assunto: Encaminha documento para apreciação deste Conselho (Artigo 114 – Lei nº 5.988/73)

Relator: Conselheiro H. Jessen

EMENTA:

1. Aprovadas as contas do exercício de 1980.
2. Concedido o prazo de 30 dias para apresentação do Relatório a que se refere a letra “a” do inciso III do art. 114 da Lei nº 5.988/73.

I – Relatório

Com ofício de 27 de março de 1981, atende a SABEM – Associação de Autores Brasileiros e Escritores de Músicas ao determinado no inciso III do artigo 114 da lei de regência (fls. 02). À fls. 10 cópia de ofício nº 366/81, dirigido àquela associação, reclamando a complementação da documentação submetida, reiterado pelo de nº 875/81 (fls. 17). À fls. 30, informação nº 08/82 do Sr. Coordenador de Fiscalização, que conclui:

“Reexaminando o assunto verificamos que a SABEM justifica, com clareza, o lapso cometido, conforme se verifica às fls. 18/23 e 26. Quanto ao exame aritmético, a Coordenadoria de Fiscalização não constatou nenhuma irregularidade.”

Processo a mim distribuído a 16.06.82.

Este o Relatório.

II – Análise

A SABEM é entidade de constituição relativamente recente, com reduzido número de associados, cuja Diretoria, como se depreende da Conta de Despesas Gerais (fls. 04), não percebe quaisquer proventos, sendo que o total de seus gastos no exercício alcançou um modesto total geral de menos de 75 mil cruzeiros.

Insatisfatória, porém, a falta do Relatório de suas atividades naquele exercício que, no meu entender, não é suprida pela ata da reunião de sua Assembléia Geral Ordinária (fls. 14).

Destarte, louvado na informação da Coordenadoria de Fiscalização, opino por proclamar boas as contas apresentadas, porém exigir da citada associação que envie relatório, ainda que sucinto, de suas atividades em 1980, dado que seu Diretor Presidente permanece no cargo.

III – Voto

Aprovadas as contas relativas ao exercício de 1980. Oficie a Secretaria Executiva à interessada que deverá remeter ao CNDA, no prazo de 30 dias, relatório sucinto de suas atividades no período, para complementação da documentação exigida por lei.

São Paulo, 22 de junho de 1982

Henry Jessen
Conselheiro Relator

IV – Decisão de Câmara

Os Senhores Conselheiros acompanharam, à unanimidade, o voto do Relator.

São Paulo, 22 de junho de 1982

José Pereira
Conselheiro

Antônio Chaves
Conselheiro

D.O.U. 05.07.82 – Seção I – pág. 12.335